



portalbenews.com.br

INSIGHT Carolina Minas: revisão da Antaq pode dar mais segurança à cobrança de sobre-estadia ► **p3**



COMUNICAÇÃO Clara Laface: quem tenta agradar a todos perde espaço no mercado ► **p14**

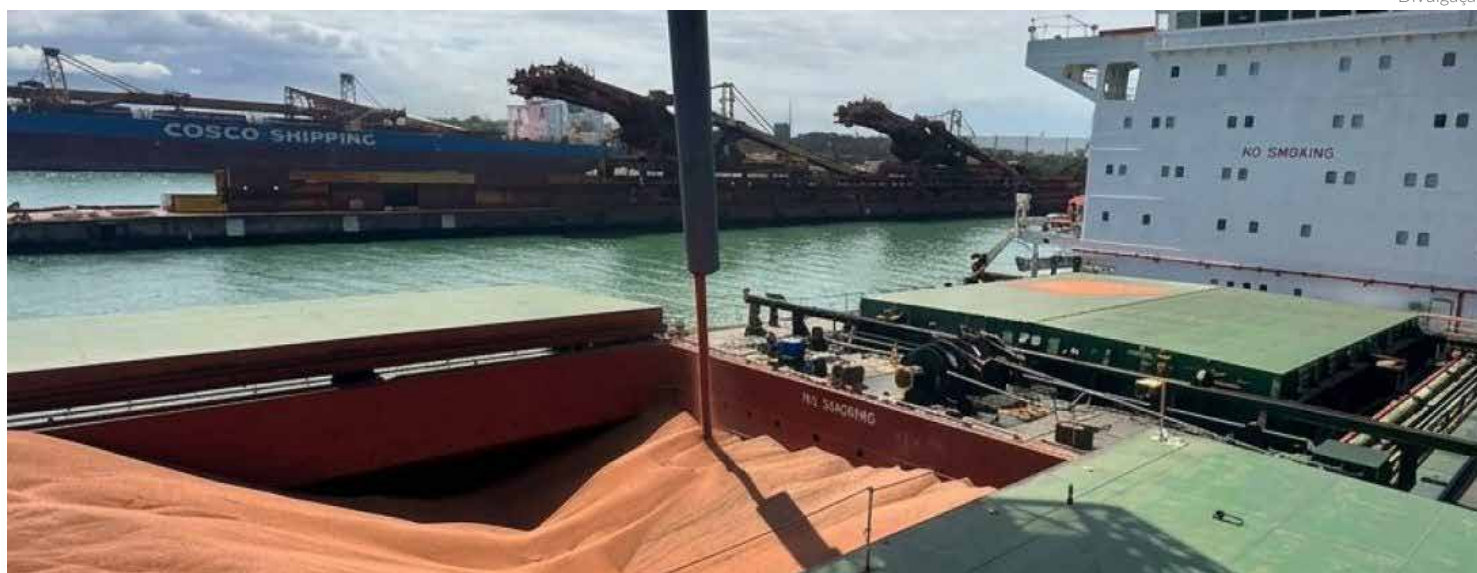


Vale amplia embarques de minério com uso de IA



Divulgação

Sistema elevou em mais de 1,5% a movimentação nos terminais portuários e reduziu em até 2% a sobre-estadia dos navios ► **p9**



Divulgação

VLI prevê movimentar 800 mil toneladas de sorgo até dezembro

► **p10**

PORTOS Governo abre consulta para revisar regras de arrendamentos portuários ► **p8**

LOGÍSTICA Correios e AliExpress renovam acordo para agilizar entregas no Brasil ► **p11**

ENERGIA DHL amplia rede global de logística especializada em baterias ► **p13**

EDITORIAL

Sistemas de IA nos terminais da Vale: o futuro já chegou

A Vale, maior produtora mundial de minério de ferro, apresentou os resultados de um programa de inteligência artificial aplicado a suas operações portuárias que começou com um teste em 2019, quando um algoritmo recomendou alterar a sequência de atracação de navios em Ponta da Madeira (MA) e gerou vantagem de US\$ 65 mil numa única operação em relação ao planejamento humano, e chegou a 2025 com US\$ 65 milhões economizados em otimização de combustível e redução de sobre-estadia. Os números intermediários são igualmente concretos: crescimento superior a 1,5% nos embarques sem expansão de infraestrutura física, redução de até 2% na sobre-estadia de navios, aumento de 12,3% na performance de recuperação de minério no Terminal da Ilha Guaíba (TIG, no Rio de Janeiro), 4,3 pontos percentuais acima do previsto no estudo de viabilidade. São dados de uma multinacional que opera em escala industrial e global, auditáveis e replicáveis. Não são projeção de consultoria.

O programa de IA em questão, denominado Sistema Integrado de Otimização da Operação Portuária (Siop), atua, em sua essência, com problemas de combinatória, resolvendo-os com uma velocidade que o planejamento humano não consegue replicar. O Porto de Tubarão (ES) recebe 40 tipos de minério, combina-os em cerca de 14 produtos finais, coordena a chegada de trens, as janelas de maré, as restrições de equipamentos em manutenção e as características de cada navio. E precisa definir, a cada 30 minutos, uma sequência ótima entre 4,5 mil possibilidades de rota para mover o minério dos viradores de vagões até os carregadores de navios. Um planejador humano experiente resolve esse problema bem numa condição estável e resolve mal quando múltiplas variáveis mudam simultaneamente. O Siop resolve em dois minutos e recalcula a cada meia hora. O que ele entrega é mais que eficiência. Trata-se de uma capacidade de adaptação em tempo real que transforma a resposta a perturbações operacionais de reativa em antecipativa.

Outra plataforma de inteligência artificial, o AI Fleet, é a extensão mais relevante do programa para o debate de descarbonizaçã. Reduzir a velocidade de navios que navegariam mais rápido para chegar a berços sem janela disponível não é apenas otimização de custo. Envolve redução das emissões de CO2 sem alterar o tipo de combustível, sem adaptar motor e sem aguardar regulamentação internacional. Cada knot a menos na velocidade de cruzeiro de um navio graneleiro reduz o consumo de bunker de forma não linear — a resistência hidrodinâmica cresce com o cubo da velocidade, o que significa que reduções moderadas de velocidade geram economias de combustível desproporcionalmente maiores. A Vale captou US\$ 65 milhões dessa equação em 2025. As armadoras que operam as rotas de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS) têm a mesma equação disponível.

O programa da Vale tem implicações que vão além da mineradora. O setor portuário brasileiro discute digitalização, Smart Ports e inovação com frequência crescente, como o BE News documentou ao cobrir a rede 5G de Santos, o Siop da Portonave (SC), o PCS de São Sebastião (SP) e a Política Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária (PD&I-Portos) lançada em setembro. O que a Vale apresentou é o caso mais completo disponível de digitalização portuária que demonstrou resultado financeiro auditável em escala industrial. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos têm, nesse programa, o benchmark que faltava para estruturar os critérios de inovação que a PD&I-Portos precisa adotar: não indicadores de processo, como número de projetos, eventos realizados, hubs criados, mas indicadores de resultado, com toneladas adicionais por infraestrutura existente, redução de sobre-estadia, economia de combustível, redução de emissões. A Vale foi de um teste de US\$ 65 mil em 2019 para US\$ 65 milhões em 2025. A trajetória é o argumento.

Diante desses resultados, o setor portuário brasileiro não precisa mais debater se inteligência artificial funciona em porto. A questão é outra. Deve-se discutir por que essa tecnologia não está sendo adotada na mesma escala por autoridades portuárias públicas, terminais arrendados e operadores de navegação interior que poderiam capturar resultados equivalentes com investimento proporcional ao seu porte.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE

9 Vale usa IA para ampliar embarques e reduzir espera de navios

EDITORIAL

2 Sistemas de IA nos terminais da Vale: o futuro já chegou

INSIGHT

3 “Sobre-estadia de contêineres: a revisão da Antaq e o lugar do dono da carga nessa conversa”, por Carolina Marchioli Borges Minas

HUB

4 Multinationais têm projetos de R\$ 17,5 bilhões em terras raras no Brasil

POLÍTICA

- 4 Kassio proíbe até jornal sindical; Alckmin cobra TSE
- 5 Ato a favor de Lula lota orla no Rio, mesmo sem o presidente
- 6 Flávio terá de equilibrar relação com China e EUA, diz Tereza
- 7 Debate sobre fim da 6x1 entra em reta final antes da votação
- Ministro vê ação humana em incêndios

TRANSPORTES | PORTOS

8 Governo abre consulta para revisar regras de arrendamentos portuários

TRANSPORTES | FERROVIAS

10 VLI prevê movimentar 800 mil toneladas de sorgo até dezembro

MRS e Cosco fecham parceria para transporte ferroviário de contêineres

LOGÍSTICA

11 Correios e AliExpress renovam acordo para agilizar entregas no Brasil

Total Express amplia cobertura logística para mais de 5

INOVAÇÃO & TECNOLOGIA | OPINIÃO

12 “Nuvens nacionais e os caminhos do capitalismo brasileiro”, por Augusto Rocha

ENERGIA

13 DHL amplia rede global de logística especializada em baterias

COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO

14 “Quem agrada a todos se posiciona para quem”, por Clara Laface

JUSTIÇA

15 Autorizado por Moraes, Flávio visita Bolsonaro nesta terça

Liminar de casa de apostas é derrubada

INTERNACIONAL

- 16 Cessar-fogo energético anunciado por Trump é ignorado pela Rússia
- Ataque a aeroporto na Arábia mata 13
- 17 Países bálticos pedem à UE proibição do trânsito de grãos russos
- 18 Jornalista brasileiro crítico de Milei é deportado da Argentina



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design - Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br



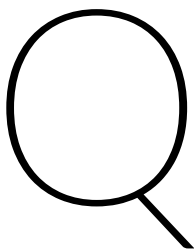


CAROLINA MARCHIOLI BORGES MINAS

Advogada, pós-graduada em Gestão Empresarial com ênfase em Logística pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e sócia da Marchioli e Minas Advogados
opinioao@portalbenews.com.br

► DIREITO

Sobre-estadia de contêineres: a revisão da Antaq e o lugar do dono da carga nessa conversa



quem importa ou exporta, conhece de perto a cobrança de sobre-estadia de contêineres. Ela costuma chegar depois da operação, muitas vezes com valores difíceis de conferir, pesando no custo de cada embarque. Por isso, considero a iniciativa que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abriu, em setembro, uma das mais relevantes para o comércio exterior brasileiro nos últimos anos.

O que está em jogo

A Agência abriu a Tomada de Subsídios SRG nº 03/2026, para receber contribuições sobre o relatório preliminar de análise de impacto regulatório que fundamenta a revisão da Resolução Antaq nº 62/2021, norma que regula a cobrança por sobre-estadia de contêineres.

O tema faz parte da Agenda Regulatória 2025/2028 e tem objetivos claros: caracterizar melhor os riscos e as responsabilidades relativas à sobrestadia e aprimorar os dispositivos da norma a partir do amadurecimento regulatório dos últimos anos.

Empresas, profissionais e entidades do setor podem enviar contribuições até o dia 20 deste mês, exclusivamente pelo formulário eletrônico da agência. É uma oportunidade concreta para que quem paga a conta participe da construção da regra.

Um regulador que vem construindo esse caminho

A revisão não surge de forma isolada. Em 2025, a Antaq consolidou, por meio do Acórdão nº 521/2025, um conjunto de entendimentos regulatórios sobre a aplicação da Resolução nº 62/2021. Entre eles, a premissa de que a sobre-estadia só incide quando a extensão do prazo de uso do contêiner decorre do próprio usuário, a definição de hipóteses de não incidência e de suspensão da contagem, e a exigência de que o agente intermediário que repassa a cobrança apresente os valores efetivamente cobrados pelo transportador.

Esses entendimentos dialogam com o chamado Princípio do Incentivo, adotado pela Federal Maritime Commission, nos Estados Unidos. A lógica é simples: a sobre-estadia existe para estimular a devolução ágil do equipamento e se justifica quando a retenção decorre de uma decisão ou responsabilidade do usuário em sua atividade comercial.

A Agência também passou a incentivar a conciliação nos conflitos de sobre-estadia. Segundo dados divulgados pela própria Antaq, entre agosto e dezembro de 2025, a mediação evitou mais de R\$ 23 milhões em cobranças consideradas indevidas.

Regras mais claras, previsibilidade e resolução célere de conflitos formam a base de um ambiente de negócios saudável. É exatamente

isso que a Antaq vem promovendo, e a revisão da norma é o passo natural dessa trajetória.

Precisão técnica também é contribuição

No dia a dia do mercado, sobre-estadia, demurrage e detention costumam ser usados como sinônimos, embora, do ponto de vista jurídico, sejam institutos distintos. A demurrage pressupõe um valor diário pré-estabelecido; a detention ocorre quando esse valor não foi, previamente, fixado e precisa ser apurado. Ambas se aplicam tanto à importação quanto à exportação.

A distinção tem consequências práticas. Ela influencia a forma de conferir a cobrança, os argumentos de contestação e até a discussão sobre a natureza jurídica da verba, tema em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda apresenta entendimentos divergentes entre a 3ª e a 4ª Turma. Uma norma revisada com conceitos mais precisos traz segurança para todos os lados da relação.

O que o dono da carga pode levar à Antaq

A melhor contribuição é aquela que nasce da experiência prática. Por isso, convido importadores, exportadores e agentes de carga a refletirem sobre três perguntas: Quais problemas você enfrenta com cobranças de sobre-estadia? O que falta de transparência nessas cobranças? Que mudanças na norma fariam diferença na prática?

Alguns pontos aparecem com frequência na rotina do setor: a clareza sobre o início e a suspensão da contagem, o acesso prévio aos valores e critérios aplicáveis, a comprovação dos valores efetivamente cobrados ao longo da cadeia e o tratamento de atrasos que não dependem do usuário. Cada empresa conhece a sua realidade, e é justamente essa diversidade de experiências que enriquece a análise regulatória.

Um cuidado importante: as contribuições enviadas à Antaq são publicadas no site da agência. Vale relatar as situações de forma objetiva, sem expor informações comerciais sensíveis.

Prevenção, negociação e, por último, o judiciário

Uma regra mais clara beneficia, diretamente, a prevenção. Contratos bem estruturados, free time negociado antes do embarque e conferência criteriosa das cobranças evitam a maior parte dos conflitos.

Quando o conflito surge, a negociação preserva o controle da empresa sobre a solução e costuma ser mais rápida e econômica. O Judiciário permanece disponível como último recurso. Nesse contexto, uma norma mais clara e bem construída contribui para prevenir conflitos, facilitar negociações e dar maior segurança jurídica às relações comerciais.

REGRAS MAIS CLARAS, PREVISIBILIDADE E RESOLUÇÃO CÉLERE DE CONFLITOS FORMAM A BASE DE UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS SAUDÁVEL. É EXATAMENTE ISSO QUE A ANTAQ VEM PROMOVENDO, E A REVISÃO DA NORMA É O PASSO NATURAL DESSA TRAJETÓRIA

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebenewscom.br

Interesse internacional

Ao menos 18 empresas multinacionais mantêm processos ativos na Agência Nacional de Mineração (ANM), pedindo a autorização da pesquisa ou da exploração de elementos de terras raras no Brasil. O conjunto de projetos soma mais de US\$ 3,5 bilhões (cerca de R\$ 17,5 bilhões) entre aportes já realizados e estimativas iniciais de implantação de lavra, refino e plantas-piloto nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Tocantins e Amazonas. Das 18 companhias mapeadas, 11 são exclusivamente australianas, três têm sede no Canadá, três nos Estados Unidos e uma nas Ilhas Marshall.

Os primeiros casos

O apetite internacional pelas terras raras brasileiras ficou evidente em setembro deste ano, quando a gigante australiana Lynas Rare Earths anunciou a aquisição do Projeto Caldeira (em Poços de Caldas, MG) da também australiana Meteoric Resources por R\$ 3,5 bilhões. A operação desdobra-se no rastro da compra do projeto Serra Verde (em Minaçu, GO) pela norte-americana USA Rare Earth por mais de US\$ 1 bilhão, a única mina comercial de argilas iônicas em operação no País.

Dois voos diários

A companhia aérea Air France anunciou a ampliação de sua oferta de assentos nas rotas transatlânticas ligando a França ao Brasil. A partir do dia 31 de maio do próximo ano, a companhia passará a operar dois voos diários e diretos conectando o Aeroporto Internacional de Paris-Charles de Gaulle ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro-Galeão.

Rio em destaque

Com o incremento na malha, o Rio de Janeiro passará a dividir com São Paulo (Guarulhos) o status de únicas cidades da América do Sul atendidas com dupla frequência diária pela empresa francesa. Ambas as ligações para a capital fluminense serão cumpridas com aeronaves de longo curso de última geração Airbus A350-900, conhecidas pela maior eficiência energética e conforto de cabine.

Nova sala VIP

O Aeroporto Internacional de Salvador Luís Eduardo Magalhães, integrante da rede VINCI Airports, realiza nesta terça-feira, dia 13, às 11 horas, a cerimônia oficial de inauguração do AMANÍ Lounge, sua mais nova sala VIP. A entrega do espaço faz parte do plano de investimento contínuo da concessionária francesa na elevação dos serviços prestados aos passageiros do terminal baiano. O evento reunirá autoridades públicas, lideranças do setor de turismo e representantes da diretoria global da VINCI Airports no Brasil e na França — entre eles Thierry Ligonnière, diretor da área Portugal e Brasil, e Álvaro Leite, diretor Comercial Global da companhia.

Kassio proíbe até jornal sindical; Alckmin cobra TSE

Ministro atende outro pedido de Flávio e barra distribuição do jornal 'Petróleo dos Brasileiros'. Vice de Lula pede isenção

Leobark Rodrigues/Secom/TSE



Kassio Nunes Marques vetou a distribuição de jornal do Sindipetro Unificado, apoiado pela Federação Única dos Petroleiros

Estadão Conteúdo

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, proibiu na sexta-feira, 9, a distribuição do jornal "Petróleo dos Brasileiros", produzido pelo Sindipetro Unificado, de São Paulo, e apoiado pela Federação Única dos Petroleiros (Fup), informou a federação que reúne os petroleiros de todo o País.

O pedido foi iniciativa da campanha do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, que pediu tutela de urgência, disse a Fup. O descumprimento pode resultar em multa diária de R\$ 10 mil para o sindicato, além de outras medidas judiciais.

Nunes Marques ordenou a interrupção da distribuição dos exemplares impressos, a retirada do arquivo do site e o encerramento da divulgação nos canais digitais, informou a entidade sindical.

"A medida representa um grave ataque à liberda-

de de expressão e ao direito de informar a população. É dever dos sindicatos fornecer informações fidedignas a seus filiados, a fim de que possam conhecer projetos, comparar propostas e decidir pelo melhor para o País e para os brasileiros", disse em nota a coordenadora-geral da Fup, Cibele Vieira.

O alvo da decisão do TSE foi a edição especial de setembro do jornal sindical, intitulada "Eleição 2026: o que cada projeto defende para o Brasil?". "A edição cumpre o seu papel de apresentar aos brasileiros o que cada projeto político defende para o futuro da Petrobras. Mas, em vez de discutir publicamente as propostas para uma das empresas mais estratégicas do País, o sindicato agora precisa cumprir determinações judiciais que impedem a circulação desse conteúdo", afirmou Cibele.

O jornal, segundo a Fup, divulgava as medidas adotadas durante a gestão do pai do candidato, Jair Bolsonaro (2019-2022), também do PL, relacionadas à Petrobras e aos trabalhadores. "Fatos

já amplamente noticiados na ocasião", destacou a entidade sindical.

Sem fake news

Outra decisão polêmica de Kassio Nunes Marques a favor de Flávio, no domingo, acabou se mostrando errada. Ele suspendeu o canal "Exército do Lula", criado no WhatsApp, sob o argumento de que distribuía fake news. Um relatório produzido pela equipe técnica do TSE, porém, não encontrou publicações falsas.

No mesmo domingo, o corregedor-geral eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, derrubou a decisão e determinou a reativação do canal.

Diante dos recentes casos, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, reagiu nesta segunda-feira. "Eu acho que é importante a justiça ser isenta, ser guardiã da liberdade, da liberdade de expressão, da liberdade política", disse Alckmin, após participar da missa solene em louvor à Nossa Senhora Aparecida, no santuário nacional.

Ato a favor de Lula lota orla no Rio, mesmo sem o presidente

Enquanto Lula celebrou o Dia de Nossa Senhora Aparecida em missa no DF, apoiadores ocuparam sete quarteirões na Praia de Copacabana em mobilização por novos votos

Reprodução / GloboNews

Estadão Conteúdo

Apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizaram um ato em apoio ao petista nesta segunda-feira, 12, e lotaram a orla da Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. A mobilização ocupou cerca de sete quarteirões da Avenida Atlântica.

O metrô também registrou grande movimentação, com estações da zona sul lotadas. Os manifestantes se concentraram na altura do Posto 5, entre as ruas Barão de Ipanema e Xavier da Silveira.

Ao contrário da manifestação de domingo, 11, na Avenida Paulista, em São Paulo, Lula não compareceu. O candidato à reeleição ficou em Brasília, onde assistiu a uma missa realizada na capela do Palácio do Alvorada em homenagem à Nossa Senhora Aparecida.



A manifestação em Copacabana teve coros a favor de Lula e contra a anistia dos condenados pelo "8 de janeiro"

A esquerda tem se mobilizado para realizar manifestações em diversas capitais e cidades do Brasil após Lula terminar o primeiro turno atrás de Flávio Bolsonaro (PL). O segundo turno é no próximo dia 25.

A manifestação em Copacabana teve cartazes com os escritos "sem anistia" e

"voto nulo é voto na milícia", conforme imagens divulgadas por perfis do PT e de parlamentares da sigla nas redes sociais.

Segundo a deputada estadual Erika Takimoto (PT), estudantes, idosos, torcidas, atléticas universitárias e blocos de carnaval participaram da mobilização. Ela

também publicou um vídeo em que os apoiadores cantam o hino nacional.

"Com os indecisos, carinho, abraço, acolhimento, argumento, paciência. Com os inimigos, com o senhor Flávio Bolsonaro, é pé na bunda dele", discursou o deputado federal eleito Glauber Braga (PSOL). No vídeo

publicado por ele, os apoiadores também fazem coro para que não haja anistia.

Também estiveram presentes a ex-governadora Benedita da Silva (PT-RJ), que foi derrotada na eleição para o Senado, e os deputados federais Lindbergh Farias (PT-RJ) e Bella Gonçalves (PT-MG).

"Precisamos respeitar a fé das pessoas"

Ricardo Stuckert

Agência Brasil

O presidente Lula defendeu, nesta segunda-feira (12), a harmonia, a democracia e o respeito à fé de todos os brasileiros. Candidato à reeleição, ele disse repudiar ofensas religiosas.

"Em um país civilizado, harmônico e democrático, cada um segue a religião que quiser e todos nós temos que respeitar. Ninguém é obrigado a ser da mesma religião. O que pre-

cisamos apenas é respeitar a fé e a espiritualidade das pessoas".

A declaração à imprensa foi dada após a celebração de uma missa restrita a autoridades e convidados para homenagear Nossa Senhora de Aparecida, no Palácio da Alvorada, em comemoração à Santa Padroeira do Brasil e ao Dia das Crianças.

Ao lado de crianças vestidas com camisetas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o presidente enfatizou a relevância do Minha Casa, Minha Vida, que Lula chamou de maior programa habita-

cional do país.

Lula mencionou metas de contratação de moradias desde o início da política habitacional e a entrega prioritária de 85% das chaves das casas a mulheres. "É possível acabar com o déficit brasileiro habitacional no Brasil."

O presidente Lula fez referência à Campanha da Fraternidade da Igreja Católica de 2026, que tem como tema "Fraternidade e Moradia" e lema "Ele veio morar entre nós", e frisou a inclusão de bibliotecas em novos conjuntos habitacionais que estão sendo entregues.



Lula esteve em missa para homenagear Nossa Senhora de Aparecida

POLÍTICA

Flávio terá de equilibrar relação com China e EUA, diz Tereza

Caso o candidato do PL seja eleito presidente, a senadora aliada avalia que ele não poderá manter conduta pró EUA porque a China é importante para o agronegócio brasileiro

Estadão Conteúdo

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) afirmou à Globo-News que, caso Flávio Bolsonaro (PL) assuma a Presidência da República, terá de

equilibrar as relações comerciais do Brasil com a China e os Estados Unidos, diante dos interesses concorrentes das duas potências no agronegócio.

Segundo ela, as responsabilidades de um eventual governo exigirão uma postura pragmática nas negociações internacionais. “Quando a pessoa senta naquela cadeira, as responsabilidades mudam”, afirmou a senadora, em entrevista ao

comentar como poderá ser a política de comércio exterior em um eventual governo de Flávio Bolsonaro. “Ele vai ter que ver as questões do Brasil, o que é importante para o Brasil”, acrescentou.

Tereza Cristina disse que não conversou com Flávio sobre como ele pretende conduzir a política externa e comercial. Ressaltou, porém, que o agronegócio brasileiro mantém uma relação comercial importante com a China,

principal compradora dos produtos do setor, enquanto os Estados Unidos são um concorrente do Brasil no abastecimento desse mercado em várias commodities.

“O agro que exporta tem uma relação com a China muito forte, porque ela é a nossa maior compradora, e competimos com os Estados Unidos com essa relação”, disse.

Na avaliação da senadora, a relação com Washington também exigirá equilíbrio, considerando a importância dos investimentos norte-americanos no Brasil. Ela afirmou que os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro no País e um parceiro importante para a economia brasileira.

Tereza Cristina afirmou que espera uma condução equilibrada das relações comerciais com os dois países. Segundo ela, o Brasil conseguiu manter parcerias tanto com os chineses quanto com os norte-americanos mesmo diante de divergências. “Eu tenho certeza que o equilíbrio vai ser colocado à mesa nessas discussões”, disse.

A senadora também atribuiu as tensões comerciais recentes à política tarifária do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que, segundo ela, não se restringe ao Brasil. “O presidente Donald Trump resolveu reverter tarifas e discutir no seu

governo com todos os países, não só com o Brasil”, afirmou.

Presidência do Senado

Tereza Cristina confirmou que pretende disputar a presidência do Senado e afirmou que já conversou sobre o assunto com o atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), e outros parlamentares. Ela disse que gostaria de se tornar a primeira mulher a comandar o Senado, mas ponderou que a definição depende das articulações políticas para a próxima legislatura.

“Eu sempre disse que gostaria de ser a primeira mulher presidente do Senado”, afirmou. Segundo a senadora, a possibilidade também representa uma oportunidade de deixar um legado para as mulheres. “Eu gostaria de deixar um legado, principalmente para as mulheres”, disse, ao lembrar que a Casa nunca teve uma mulher na presidência.

Tereza Cristina afirmou que já manifestou a Alcolumbre o desejo de sucedê-lo, mas ressaltou que ainda é cedo para definir os rumos da disputa. Questionada sobre a possibilidade de concorrer contra o atual presidente do Senado, ela disse que essa hipótese ainda não foi discutida diretamente entre os dois.

Roque de Sá / Agência Senado



Ao comentar sobre um eventual mandato de Flávio, Tereza Cristina disse que “quando a pessoa senta naquela cadeira (de presidente), as responsabilidades mudam”

TSE confirma falha em propaganda do PL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou que houve um “problema técnico” na exibição da propaganda eleitoral do candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, e que o material vai ser transmitido novamente. A manifestação ocorreu em nota nesta segunda-feira, 12.

Mais cedo, Flávio recla-

mou da falta de áudio na sua propaganda eleitoral exibida na televisão no horário do almoço. Segundo o TSE, o arquivo vai ser corrigido. “O Tribunal Superior Eleitoral esclarece que o problema de áudio registrado hoje no horário eleitoral do candidato Flávio Bolsonaro ocorreu devido a um problema técnico no Pool

de Mídias”, diz.

A Corte prossegue: “No momento da finalização das mídias, antes da exibição, não foram carregados os áudios de nenhuma das duas propagandas de televisão em bloco desta segunda-feira (12), às 13h, para o cargo de presidente da República”.

O TSE afirma ainda:

“Contudo, houve tempo hábil para a correção do problema antes da exibição da segunda propaganda, do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. O arquivo com a propaganda do candidato Flávio Bolsonaro foi corrigido e será reexibido”.

De acordo com o plano de mídia do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a transmissão

das propagandas eleitorais são de responsabilidade de um “pool” de emissoras.

Nas redes sociais, Flávio pediu para que os seus eleitores compartilhem a sua propaganda na internet, com áudio. A reportagem também enviou questionamentos ao “pool” de emissoras responsável pela transmissão, mas não obteve retorno.

Debate sobre fim da 6x1 entra em reta final antes da votação

Até a votação, marcada para esta quarta-feira, Senado tem mais duas sessões de discussão.
Lula cobra posicionamento de Flávio Bolsonaro, que sugere modelo alternativo

Carlos Moura / Agência Senado

Agência Brasil
Estadão Conteúdo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 volta ao debate no Senado nesta terça-feira (13). O presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre, marcou para esta quarta-feira (14) o primeiro turno da votação sobre o tema.

Antes disso, porém, o texto precisa passar por mais duas sessões de discussão. Ou seja, além da discussão nesta terça, ainda haverá mais uma nesta quarta-feira, antes de iniciar a votação no mesmo dia. Ao anunciar a data, Davi Alcolumbre disse que “caberá a cada senador decidir com liberdade, consciência e convicção”.

A PEC 221, de 2019, prevê dois dias de descanso por semana, sem redução salarial. Com isso, a jornada semanal cairia das atuais 44h para 40h, durante

um período de transição de 14 meses. A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados em maio deste ano, em dois turnos, e encaminhada ao Senado. Como altera a Constituição, a proposta precisa ser aprovada em dois turnos nas duas casas do Congresso.

Na votação de quarta, a PEC precisa do apoio de, pelo menos, 49 dos 81 senadores para ser aprovada em primeiro turno. Pelo regimento do Senado, depois dessa etapa, a proposta ainda precisa passar por outras três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

Caso o texto seja alterado no Senado, deve retornar para apreciação na Câmara. Se o texto não for alterado e for aprovado nos dois turnos do Senado, segue para promulgação.

Em nota divulgada na noite de sexta-feira (9), Davi reforçou o compromisso de colocar a proposta em votação “com responsabilidade, diálogo e respeito ao rito regimental”.

A proposta já recebeu 36 emendas, todas rejeitadas pelo relator, o senador Omar Aziz (PSD-AM). Senadores ainda podem apre-



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que “caberá a cada senador decidir com liberdade, consciência e convicção” se a PEC será aprovada

sentar outras emendas em Plenário.

Para ser aprovada, uma proposta de emenda à Constituição precisa passar por cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno, e por mais três sessões de discussão para votação em segundo

turno, tudo no Plenário.

A primeira sessão de discussão da proposta foi na terça-feira (6), a segunda, na quarta-feira (7) e a terceira na quinta-feira (8).

Candidatos

Os candidatos à presidên-

cia da República acompanham o tema com atenção. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aposta que a PEC do fim da 6x1 será aprovada. O petista, inclusive, voltou a cobrar um posicionamento do opositor na corrida à presidência em segundo turno, Flávio Bolsonaro (PL), que é senador, sobre o tema.

“Eu sei que a oposição está tentando protelar para depois das eleições porque, depois das eleições, eles vão ter coragem de votar contra. Eu quero ver se eles têm coragem de votar contra. Eu quero que o PL mostre se vai votar contra ou a favor. O Flávio, como senador, que se posicione, que ele aperte o botão de sim ou não”, declarou.

Flávio Bolsonaro (PL) já fez diversas críticas à proposta que acaba com o 6x1. Ele propõe uma atualização nas relações trabalhistas, mas não com a redução da jornada e, sim, com um modelo de trabalho remunerado por hora trabalhada. Segundo sua sugestão, o próprio empregado terá de negociar com o patrão qual será a carga horária.

Ministro vê ação humana em incêndios

João Paulo Capobianco, do Meio Ambiente, disse que criminosos miram desmatamento

Agência Brasil

Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, sobrevoaram os locais com presença de fogo no Amazonas e constataram que os incêndios ocorrem em áreas florestais de difícil acesso.

Capobianco avalia que os focos resultam de ação humana intencional, possivelmente com o objetivo de degradar o bioma e preparar o terreno para futuros desmatamentos. “É fundamen-

tal que as pessoas que estão agindo criminosamente vejam que serão punidas”, afirma o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O aumento da poluição do ar provocada pela fumaça das queimadas levou a Defesa Civil de Manaus a emitir um alerta de risco à saúde na última sexta-feira (9). A situação também levou ao reconhecimento, em caráter sumário, da situação

de emergência em 36 municípios do estado.

Uma força-tarefa emergencial, integrada pelos governos municipal, estadual e federal, atua no combate aos incêndios. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) enviou à região seis aeronaves, quatro aviões Air Tractor, utilizados no lançamento de água, e dois helicópteros, além de

290 brigadistas.

“São aeronaves muito específicas e apropriadas para o combate ao incêndio florestal. Cada aeronave dessas lança cerca de 3 mil litros de água”, explica Jair Schmitt, presidente do Ibama.

Outros dois aviões KC-390 da Força Aérea Brasileira (FAB) chegaram no domingo (11) para reforçar o trabalho, a pedido da Defesa Civil.

O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, e o ministro da Integração e do

TRANSPORTES | Portos

Governo abre consulta para revisar regras de arrendamentos portuários

Proposta altera procedimentos para investimentos, reequilíbrio econômico-financeiro e mudanças nos contratos, incluindo a revisão do limite de 25% para extensão dos prazos

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) abriu consulta pública para revisar as regras de alterações nos contratos de arrendamento de terminais portuários. A proposta contempla novos investimentos, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mudanças de áreas e perfis de cargas e revisão de cronogramas. Um dos principais pontos é a reavaliação do limite de 25% do prazo original para extensões contratuais destinadas ao reequilíbrio.

A consulta, aberta na sexta-feira (9), pretende atualizar a Portaria 530, de agosto de 2019. Segundo o MPor, a revisão busca simplificar procedimentos administrativos e reduzir o tempo

necessário para executar investimentos, sem modificar a Lei dos Portos ou os decretos que regulamentam o setor.

As contribuições de empresas, autoridades portuárias, entidades e demais interessados serão avaliadas pela Secretaria Nacional de Portos antes da definição do texto final.

A regra em discussão limita a extensão dos arrendamentos para recomposição econômico-financeira a 25% do prazo originalmente contratado. Esse mecanismo é utilizado quando determinadas circunstâncias alteram as condições econômicas consideradas na contratação. A recomposição pode ocorrer por diferentes instrumentos, entre eles a ampliação do período de exploração de um terminal.

A proposta não estabelece prorrogações automáticas. Eventual extensão continuará sujeita ao reconhecimento do desequilíbrio pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários

(Antaq) e a uma decisão fundamentada do Poder Concedente, respeitados os limites legais.

Segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de recomposição e ampliar a participação do setor. “Estamos debatendo e trazendo para a consulta pública a atualização da Portaria 530, que trata do reequilíbrio dos contratos. Queremos que todos participem, façam suas contribuições e críticas. Entre os temas que serão reavaliados está o dispositivo que limita a prorrogação dos contratos a 25% do prazo original. Entendemos que já temos amadurecimento suficiente para discutir esse tema e aprimorar os mecanismos de recomposição do equilíbrio dos contratos de arrendamento”, afirmou.

A minuta também trata da possibilidade de modificar ou incluir perfis de cargas movimentadas nos terminais, inclusive temporariamente. Essas altera-

ções deverão observar as diretrizes do planejamento portuário e os possíveis impactos sobre a concorrência. A medida abrange situações em que os operadores precisam adaptar as atividades à demanda por determinados produtos.

O ministério pretende, ainda, aproveitar estudos elaborados no âmbito dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) dos portos organizados. Esses documentos orientam a ocupação das áreas e a distribuição das atividades portuárias. Segundo a pasta, seu aproveitamento poderá evitar a repetição de análises em processos de alteração contratual.

Infraestrutura compartilhada

Outro ponto é a regulamentação de investimentos em estruturas utilizadas por diferentes operadores dos portos organizados, como acessos, redes de energia, drenagem, pátios regulado-

res e sistemas de gestão de tráfego. O MPor pretende estabelecer procedimentos para incluir essas obras em alterações contratuais, considerando as necessidades de funcionamento das instalações e a integração com a infraestrutura urbana.

A proposta também disciplina a inclusão de novos investimentos nos arrendamentos existentes, com definição de obrigações e mecanismos de acompanhamento da execução das intervenções.

O texto prevê a regularização de determinados cronogramas por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado diretamente com a Antaq. A possibilidade ficará restrita a situações sem alterações materiais dos contratos ou repercussões econômico-financeiras. Os ajustes deverão especificar prazos, escopo e critérios para a fiscalização do cumprimento das obrigações.

Outra medida é a elaboração de um quadro-resumo com os principais dados dos estudos de viabilidade, para subsidiar a formalização das modificações e o acompanhamento dos investimentos.

Participação pública

A consulta foi formalizada pela Portaria 461, de 2 de outubro de 2026. No Brasil Participativo estão disponíveis a proposta de revisão da Portaria 530/2019, uma tabela comparativa e a Nota Técnica 109/2026. A plataforma registra contribuições entre 9 e 29 de outubro. Depois desse prazo, a Secretaria Nacional de Portos analisará as manifestações antes da eventual publicação das novas regras.



Divulgação

A proposta do MPor prevê rever o limite de 25% do prazo original dos arrendamentos para reequilíbrio econômico-financeiro, sem estabelecer prorrogações automáticas dos contratos

Vale usa IA para ampliar embarques e reduzir espera de navios

Sistema de otimização elevou em mais de 1,5% a movimentação de minério e reduziu em até 2% a sobre-estadia

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

A Vale está utilizando inteligência artificial para ampliar a movimentação de minério de ferro em seus terminais portuários sem depender exclusivamente da expansão da infraestrutura física. Com o Sistema Integrado de Otimização da Operação Portuária (SIOP), a mineradora registrou crescimento superior a 1,5% nos embarques e redução de até 2% na sobre-estadia de navios, segundo dados apresentados durante o Port Performance Summit 2026, em São Paulo.

A plataforma integra o planejamento logístico desde a chegada dos trens até o carregamento dos navios. O sistema considera estoques, disponibilidade de equipamentos, condições de maré, características do minério e previsão de chegada das composições ferroviárias e embarcações para definir sequências operacionais mais eficientes.

No Porto de Tubarão (ES), a ferramenta trabalha com cerca de 4,5 mil possibilidades de rotas para movimentar o minério entre os viradores de vagões, os pátios de armazenagem e os carregadores de navios. A cada 30 minutos, o sistema recalcula o planejamento para incorporar alterações nas condições operacionais. A geração de um novo plano leva, em média, dois minutos.

“Se não tivéssemos esse nível de planejamento utili-



Em Tubarão, o sistema da Vale analisa cerca de 4,5 mil rotas possíveis para movimentar minério e recalcula o planejamento a cada 30 minutos, conforme as condições operacionais

zando inteligência artificial que temos no Porto de Tubarão (ES), não estaríamos girando estoque duas vezes na semana, oito vezes no mês”, afirmou o head de inteligência artificial da Vale, Alexandre Pigatti.

O terminal recebe aproximadamente 40 tipos de produtos, utilizados na composição de cerca de 14 produtos finais. A coordenação das operações precisa conciliar a chegada dos trens, as intervenções de manutenção, as restrições de equipamentos e as condições de maré. Uma rota utilizada em determinada movimentação pode bloquear outra e comprometer o uso simultâneo da estrutura.

O SIOP funciona por meio de três módulos integrados, responsáveis pela programação dos vagões, pela gestão dos pátios e pelo sequenciamento dos navios. Os planos produzidos pelos algoritmos são enviados aos sistemas de gestão da pro-

dução e, posteriormente, à automação industrial, que executa os comandos nos equipamentos.

Em Ponta da Madeira (MA), a execução automatizada dos planos já está em operação, sob supervisão das equipes responsáveis pelo controle das atividades e pelo tratamento de ocorrências não previstas.

No Terminal da Ilha Guaíba (TIG), no Rio de Janeiro, a Vale registrou aumento de 12,3% na performance da recuperação de minério com a execução automatizada. O resultado ficou 4,3 pontos percentuais acima do previsto no estudo de viabilidade do projeto, que entrou em operação em dezembro de 2023. Em São Luís, a execução autônoma funciona desde maio de 2022.

A companhia também avança na implantação de equipamentos com maior grau de autonomia. Em Tubarão, um projeto de operação totalmente automática

está em fase de comissionamento. Em Ponta da Madeira, a empresa trabalha no comissionamento do primeiro carregador de navios autônomo da Vale.

Economia de US\$ 65 milhões

A aplicação de inteligência artificial se estende à gestão da navegação marítima. Por meio do sistema AI Fleet, a Vale recomenda velocidades para navios de sua frota dedicada e embarcações contratadas, considerando o consumo de combustível e a disponibilidade prevista dos berços de atracação.

A ferramenta busca evitar que os navios naveguem em velocidades mais altas para chegar antecipadamente a terminais sem janela disponível para carregamento. Quando as condições operacionais permitem, a redução da velocidade diminui o consumo de combustível marítimo, conhecido como

bunker.

Segundo Pigatti, a aplicação contribuiu para uma economia de US\$ 65 milhões em 2025, associada à otimização do consumo de combustível e à gestão da sobre-estadia dos navios. O sistema também acompanha a diferença entre as velocidades recomendadas e as efetivamente praticadas, permitindo avaliar desvios sem desconsiderar as condições de segurança e as decisões dos comandantes.

A companhia começou a testar os benefícios da otimização das operações portuárias em 2019, em Ponta da Madeira. Na ocasião, um algoritmo recomendou alterar a sequência de atracação dos navios com base nas condições de maré. A alternativa apresentava uma vantagem econômica de US\$ 65 mil em uma única atracação em comparação com a programação inicialmente definida por um profissional da empresa.

TRANSPORTES | Ferrovias

VLI prevê movimentar 800 mil toneladas de sorgo até dezembro

Operação utiliza os corredores Leste, Sudeste e Norte, com embarques pelos portos de Tubarão, Santos e Itaquí

Divulgação

JÚNIOR BATISTA

junior.batista@redebnews.com.br

A VLI iniciou a movimentação de sorgo por seus corredores logísticos Leste, Sudeste e Norte e prevê transportar mais de 800 mil toneladas da commodity até o fim deste ano. A operação integra transporte ferroviário e portuário para conectar regiões produtoras brasileiras a mercados internacionais, com embarques pelos portos de Tubarão (ES), Santos (SP) e Itaquí (MA).

O primeiro embarque da commodity pelo sistema integrado da companhia ocorreu em setembro, no Porto de Tubarão, com destino à China. Segundo a VLI, até setembro já haviam sido embarcadas mais de 250 mil toneladas de sorgo, sendo 90 mil toneladas pelo Porto de Santos e mais de 160 mil toneladas por Tubarão.

As cargas seguem pela



Até setembro, a VLI havia embarcado mais de 250 mil toneladas de sorgo, sendo 90 mil toneladas por Santos e mais de 160 mil toneladas pelo Porto de Tubarão, no Espírito Santo

Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) em dois fluxos principais: de Araguari (MG) ao Espírito Santo, pelo Corredor Leste, e de Uberaba (MG) ao Porto de Santos, pelo Corredor Sudeste.

Em setembro, a operação também chegou ao Corredor Norte, que atende à região do Matopiba, com a primeira movimentação de sorgo destinada ao Porto do Itaquí, em São Luís (MA). A previsão é que os embarques pelo terminal maranhense ocorram em outubro, com cargas destinadas ao norte da África e novamente à China.

Para viabilizar o transporte, a VLI realizou capacitações técnicas e ajustes nos processos operacionais, adequando a infraestrutura existente às características da commodity e aos requisitos de segurança e qualidade da carga.

Conexão com regiões produtoras

A ampliação da operação

utiliza a malha ferroviária da companhia em áreas relevantes para a produção agrícola nacional. No Sudeste e no Centro-Oeste, a VLI atende regiões produtoras de estados como Goiás, responsável por 26% da produção nacional de sorgo, e Minas Gerais, com 19%, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No Corredor Norte, a operação atende produtores da Bahia, do Maranhão e do Tocantins, ampliando as alternativas de escoamento da produção pelo sistema ferroviário e pelos terminais portuários.

Para Carolina Hernandez, diretora-executiva Comercial, de Projetos e Planejamento Estratégico da VLI, a inclusão do sorgo no portfólio reflete a capacidade de adaptar a infraestrutura logística às necessidades do mercado.

“Ao diversificar as cargas movimentadas, aumentamos a competitividade dos

nostros clientes, otimizamos o uso da nossa infraestrutura e ampliamos as oportunidades de crescimento dos nossos corredores logísticos, gerando valor para toda a cadeia”, afirma a executiva.

Alimentos e energia

O sorgo é utilizado tanto na alimentação humana quanto na produção de ração animal e silagem, como alternativa ao milho. O grão também pode ser empregado na geração de biomassa, na produção de bioenergia e etanol e na fabricação de bebidas fermentadas.

No calendário agrícola brasileiro, o cultivo ocorre principalmente entre janeiro e março, com colheita entre julho e agosto, período que coincide com a safrinha do milho. A ampliação das alternativas logísticas pode contribuir para o escoamento da produção e para o atendimento da demanda internacional pela commodity.

MRS e Cosco fecham parceria para transporte ferroviário de contêineres

Operação liga Minas Gerais ao Porto do Rio de Janeiro e permite antecipar procedimentos aduaneiros antes do embarque

Da Redação

redacao.jornal@redebnews.com.br

A MRS Logística fechou uma parceria com a Cosco para o transporte ferroviário de contêineres entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

O acordo contempla a integração das etapas logísticas, desde a coleta da carga até o embarque nos navios, com a participação do Grupo Tora, responsável pela operação dos terminais de Contagem (MG) e Arará (RJ).

Um dos diferenciais da operação é a possibilidade de antecipar procedimentos aduaneiros no Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), instalado no terminal do Grupo Tora, em Contagem.

A estrutura permite realizar parte do desembarço antes da chegada das mercadorias ao porto, inclusive eventuais inspeções da Receita Federal, quando necessárias.

De acordo com a MRS, a medida contribui para reduzir o tempo de processamento das cargas no porto, proporcionar maior previsibilidade aos embarques e diminuir os custos logísticos dos clientes.

A parceria começou com o transporte de ferro-gusa

para exportação. Nessa operação, contêineres vazios são encaminhados por ferrovia do Rio de Janeiro até o terminal do Grupo Tora, em Contagem, onde ocorre a preparação das cargas.

No terminal mineiro, o ferro-gusa (ferro bruto) é acondicionado nos contêineres, em um processo conhecido como estufagem. Em seguida, as unidades carregadas retornam pela ferrovia ao Porto do Rio de Janeiro, onde são embarcadas

nos navios da Cosco para transporte internacional. O modelo integra as etapas ferroviária, terminal e marítima em uma mesma cadeia logística.

Além do ferro-gusa, a parceria poderá atender outros tipos de mercadorias, incluindo produtos industrializados, cargas paletizadas, materiais transportados em bags e granéis que possam ser acondicionados em contêineres nos terminais envolvidos na operação.

Correios e AliExpress renovam acordo para agilizar entregas no Brasil

Parceria prevê integração logística para ampliar capacidade de processamento de encomendas e reduzir prazos durante as compras de fim de ano

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Os Correios e o AliExpress renovaram o contrato para a entrega de compras feitas na plataforma chinesa aos consumidores brasileiros. As empresas também firmaram um memorando de entendimentos para coordenar as operações logísticas durante o período de maior demanda do comércio eletrônico, especialmente o festival de compras 11.11, realizado em novembro, e a Black Friday. A assinatura ocorreu em setembro, na sede do Alibaba Group, em Hangzhou, na China.

A nova etapa da parceria prevê planejamento conjunto para ampliar a capacidade de processamento de encomendas, encurtar os prazos



A renovação foi assinada na sede do Alibaba Group, em Hangzhou, na China, com representantes dos Correios e do AliExpress, durante encontro realizado em setembro

de entrega e melhorar as informações de rastreamento disponibilizadas aos consumidores.

O anúncio não informa o valor ou a duração do contrato renovado, tampouco estabelece metas numéricas para a redução dos prazos ou o aumento da capacidade de processamento.

Rede de distribuição

A operação utiliza a rede de atendimento e distribuição

dos Correios, presente em todos os municípios brasileiros. Para o AliExpress, essa estrutura permite encaminhar as encomendas a consumidores tanto dos grandes centros urbanos quanto de localidades do interior.

Segundo a diretora-geral do AliExpress no Brasil, Briza Bueno, a presença nacional da estatal é um componente importante da operação da plataforma no país. “A capilaridade dos Correios leva o AliExpress ao Brasil inteiro,

de ponta a ponta, das grandes capitais às cidades mais distantes do interior”, afirmou.

Além da continuidade das entregas, o memorando estabelece a integração do planejamento para os períodos de maior movimento. Não foram detalhadas eventuais mudanças nos sistemas utilizados.

Reestruturação

A renovação está relaciona-

da ao Plano de Reestruturação dos Correios, que inclui a ampliação das parcerias internacionais para aumentar receitas e captar negócios ligados ao comércio eletrônico.

O presidente dos Correios, Emmanuel Rondon, afirmou que a companhia está preparada para a demanda prevista para os próximos meses. “Estamos preparados para o aumento do volume de encomendas previsto para o fim do ano, com uma logística robusta e integrada, que conecta o Brasil ao e-commerce global e garante mais agilidade aos consumidores”, declarou.

A assinatura em Hangzhou contou com a participação dos diretores de Negócios e de Operações dos Correios, Hilton Rogério Maia Cardoso e José Marcos Gomes, além de representantes do AliExpress e do Alibaba Group.

Total Express amplia cobertura logística para mais de 5.100 municípios

Transportadora incorpora 4,5 mil novos CEPs à rede de atendimento e expande opções de entrega e retirada de encomendas

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Total Express ampliou sua cobertura logística para 5.165 municípios brasileiros após incorporar 4,5 mil novos Códigos de Endereçamento Postal (CEPs) à rede. Segundo a empresa,

a expansão inclui localidades como Parintins (AM), Cururupu (MA), Buritis (MG) e Fernando de Noronha (PE), com novas opções de entrega e retirada de encomendas do comércio eletrônico.

A companhia informou que sua rede de atendimento direto quase triplicou entre 2018 e 2026. Para o diretor de Estratégia Comercial, Fernando Magno, a ampliação busca acompanhar as necessi-

dades de distribuição em diferentes regiões do país e aumentar o alcance dos vendedores que utilizam a transportadora.

A expansão também envolve a rede Total Points, formada por estabelecimentos parceiros que recebem encomendas para coleta, retirada e devolução. Esses locais podem ser oferecidos como alternativa quando o endereço do consumidor não está na área de entrega direta da transportadora.

De acordo com a Total Express, a rede deverá ultrapassar 2 mil pontos, e cinco novas cidades passarão a contar exclusivamente com esse modelo de atendimento. Nos últimos 12 meses, o número de unidades cresceu 21%, com presença em 391 municípios de 18 estados.

Nesse período, mais de 4 milhões de pacotes passaram pelos pontos de coleta, entrega e devolução, segundo os dados divulgados pela

empresa. O modelo permite que o consumidor retire a compra em um estabelecimento parceiro, em vez de recebê-la em casa.

A gerente de Produtos da Total Express, Greisieli Uesugui, afirmou que a iniciativa envolve a integração desses estabelecimentos à malha de transporte da companhia. A empresa não detalhou quais são as cinco cidades que passarão a ser atendidas exclusivamente pela rede Total Points.

INOVAÇÃO & TECNOLOGIA | Opinião



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Nuvens nacionais e os caminhos do capitalismo brasileiro

Semana passada, neste espaço, refleti sobre o quanto é fundamental a construção de muitos centros de dados com armazenamento no País. A soberania precisa ser retomada para o armazenamento de dados. Todavia, há capital e tecnologias nacionais para isso? O modelo de financiamento tecnológico nosso atende a este tipo de oportunidade?

Claramente, o modelo atual de financiamento brasileiro não trata este tipo de questão. O Governo e o ambiente privado não colocam recursos neste tipo de empreendimento. Todos aqueles que têm interesse em construir negócios de alta tecnologia são pouco a pouco empurrados para uma venda para empresas estrangeiras. E há um entendimento geral de que isso é positivo.

Prevalece no País uma prática e uma cabeça de colônia. Tanto é que as eleições apresentam resultados expressivos nesta direção. Ouvimos pessoas nas ruas falando com naturalidade sobre a importância de ter um país estrangeiro indicando o que fazer por aqui. Até que ponto as pessoas de fato entendem que a soberania nacional é algo fundamental é uma pergunta relevante nos dias de hoje?

Além da soberania no território físico e da dinâmica dos dados, surge ainda a questão das relações sociais. As chamadas “redes sociais” realizam a intermediação da informação de todos com todos. Se um regime totalitário nacional é perigoso e inaceitável, por que um regime semelhante estrangeiro também não seria? Estamos pouco a pouco perdendo a soberania em vários campos, enquanto os centros tecnológicos e de pensamento sociológico vão sendo minados e desabastecidos de recursos.

A opção de redução de gastos – a chamada “austeridade” – ou mesmo a transferência da educação para empresas privadas estrangeiras vão construindo uma teia de oportunidades de transferência de capital para o exterior. E isso viabilizará “nuvens” para armazenamento de dados nacionais? De maneira alguma. A ideia fixa de concessões e de estrangeiros no comando está tomando conta da elite capitalista nacional.

A dificuldade que existe neste modelo é que o espaço para o capitalismo nacional vai se reduzindo, pois criaremos famílias ricas, com empreendimentos pontuais, mas sem a capacidade de negócios transnacionais com base no Brasil. Quando surge um ou outro empreendimento com esta capacidade, os olhares sempre são críticos. Parece que o capitalismo não nos cabe ou não seria aceitável para brasileiros.

A geração de riqueza em grande escala depende de tecnologia avançada, de compreensão das dinâmicas sociais e de redes empresariais alinhadas a governos soberanos. Sem tecnologia própria, o País perde capacidade de inovação. Sem compreensão social, perde capacidade de coordenação. Sem soberania política, perde capacidade de decisão. Fora dessa articulação, reaparece o velho modelo colonial ou feudal, rebatizado no mundo contemporâneo como “tecnofeudalismo” por Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças da Grécia. Ao invés de construir um capitalismo brasileiro, a elite econômica nacional parece preferir transformar o País em feudo de corporações estrangeiras.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras

SEM TECNOLOGIA PRÓPRIA, O PAÍS PERDE CAPACIDADE DE INOVAÇÃO. SEM COMPREENSÃO SOCIAL, PERDE CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO. SEM SOBERANIA POLÍTICA, PERDE CAPACIDADE DE DECISÃO

DHL amplia rede global de logística especializada em baterias

Companhia reúne mais de 20 instalações e prepara novos centros na Europa para atender aos setores automotivo, industrial e de armazenamento de energia

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A DHL está ampliando sua rede internacional de logística especializada em baterias, formada atualmente por mais de 20 instalações. A estrutura atende fabricantes de veículos elétricos, empresas industriais e projetos de energia, oferecendo serviços que vão do transporte de componentes e apoio à produção ao armazenamento, reparo e encaminhamento de baterias para reciclagem. A companhia prevê novas unidades na Europa até 2027.

A rede reúne operações de três divisões do grupo — DHL Supply Chain, DHL Global Forwarding e DHL Express — para integrar transporte, armazenagem, procedimentos aduaneiros e serviços pós-venda. Segundo a empresa, os centros especializados também realizam diagnóstico, testes, carregamento, condicionamento e recebimento de equipamentos devolvidos pelos clientes.

A expansão acompanha o aumento da utilização de baterias em diferentes atividades. Além dos automóveis elétricos, os equipamentos são empregados em máquinas industriais, operações de mineração e sistemas de armazenamento de energia. Alguns conjuntos pesam mais de 50 toneladas, o que exige veículos apropriados, equipamentos para movimentação de cargas pesadas e planejamento específico das entregas.

O transporte desses produtos também está sujeito a requisitos de segurança. De acordo com

a DHL, a classificação de baterias como mercadorias perigosas e as diferenças entre as regras aplicáveis ao transporte marítimo, aéreo e terrestre impõem cuidados com acondicionamento, documentação e fiscalização aduaneira.

“A logística de baterias é fundamentalmente diferente das cadeias de abastecimento tradicionais”, afirmou Francisco Millán, responsável pela área de logística de entrada para a produção da DHL Supply Chain na Europa, Oriente Médio e África. Segundo ele, os clientes demandam serviços em todas as etapas, desde o fornecimento às fábricas até o recondicionamento, as devoluções e a reciclagem.

Novas instalações

Na Alemanha, a DHL disponibilizou recentemente 13 mil metros quadrados de armazenagem adaptada a baterias na cidade de Halle. Outra instalação está sendo preparada na Hungria, com início das atividades previsto para 2027.

Nos Países Baixos, o grupo está construindo um centro em Holtum, com 17 mil metros quadrados para armazenagem e serviços especializados em baterias de alta tensão. A previsão é de que a operação comece no início de 2027. O empreendimento ficará próximo de instalações já utilizadas para atendimento à indústria automotiva, formando um complexo voltado também a sistemas de armazenamento de energia.

Segundo a empresa, a concentração de atividades em centros especializados permitirá reunir operações de transporte internacional, liberação aduaneira, distri-

buição e atendimento após a venda. O serviço é destinado tanto à indústria automotiva quanto a fabricantes de equipamentos, empresas de energia e projetos relacionados a minerais críticos.

Transporte de energia

A DHL também atua na movimentação de sistemas de armazenamento de energia em baterias, conhecidos pela sigla BESS, do inglês Battery Energy Storage Systems. Esses conjuntos armazenam eletricidade para utilização posterior e podem ser empregados em projetos de energia renovável e infraestrutura das redes elétricas.

No primeiro semestre de 2026, a companhia transportou mais de 1.100

unidades BESS para diferentes mercados. Segundo o grupo, as entregas podem exigir transporte multimodal, içamento de cargas de grande porte e deslocamentos até áreas remotas, além do cumprimento das normas aplicáveis ao manuseio de mercadorias perigosas.

O crescimento dessa atividade ocorre paralelamente à instalação de fábricas de baterias em diferentes regiões. A DHL aponta que a concentração de parte da produção na Ásia e a demanda em mercados como o europeu movimentam matérias-primas, produtos químicos, componentes, equipamentos industriais e baterias prontas entre continentes.

“A transição energética está criando corredores

comerciais e padrões de cadeias de abastecimento inteiramente novos”, afirmou Hendrik Venter, CEO global da DHL Supply Chain. De acordo com o executivo, fabricantes e operadores estão reorganizando suas redes para atender à produção de veículos elétricos, ao armazenamento de energia e aos empreendimentos de fontes renováveis.

A logística para o setor de novas energias integra a Strategy 2030, plano de negócios do DHL Group. A área contempla oito segmentos: energia eólica, solar, veículos elétricos e baterias, armazenamento de energia em baterias, carregamento de veículos elétricos, infraestrutura de redes, hidrogênio e combustíveis alternativos.

Divulgação



A DHL transportou mais de 1.100 sistemas de armazenamento de energia em baterias no primeiro semestre, incluindo equipamentos destinados a projetos de fontes renováveis

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CLARA LAFACE
Consultora em posicionamento e gestão
de marca pessoal e em comunicação interna
corporativa. Docente
opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

Quem agrada a todos se posiciona para quem?

Um posicionamento profissional forte exige escolhas, e nem sempre elas serão bem recebidas. A busca pela aprovação de todos pode custar reconhecimento, valor e espaço no mercado.

Reed Hastings desagradou clientes e investidores ao apostar no streaming como futuro da Netflix. Yvon Chouinard foi contra a prática comum do comércio ao incentivar as pessoas a não comprarem uma jaqueta da Patagonia. Mary Barra enfrentou sindicatos, políticos e comunidades ao fechar fábricas da General Motors para investir no futuro da empresa. Em áreas diferentes, os três tomaram decisões que desagradaram muita gente, mas que faziam parte dos planos que tinham para seus negócios. Essas escolhas também ajudaram a construir a imagem pela qual passaram a ser conhecidos no mercado.

O posicionamento profissional depende, dentre outras coisas, do que suas escolhas mostram. Cada uma delas revela o que uma pessoa considera importante e como trabalha. Com o tempo, essas atitudes ajudam a formar a opinião que os outros têm sobre ela. Hastings passou a ser conhecido por enxergar mudanças antes de muitos concorrentes, Chouinard por defender o meio ambiente e Barra pela coragem de fazer grandes mudanças.

Existe, porém, uma certa pressão no ambiente profissional para que sejamos aceitos. Espera-se que líderes saibam negociar e manter bons relacionamentos, e tudo isso tem valor, claro. O problema começa quando a vontade de agradar se torna mais importante do que o motivo de uma decisão. O profissional pode acabar fazendo escolhas que não combinam com aquilo que defende, prejudicando a forma como é visto pelo mercado.

Há muitos profissionais competentes que passam boa parte da carreira tentando não contrariar ninguém. Com o tempo, tornam-se pessoas agradáveis, mas que pouco se destacam. O mercado pode até reconhecer sua competência, mas encontra poucos motivos para escolhê-las em vez de outros profissionais igualmente preparados, porém mais bem posicionados.

Quanto mais alguém tenta atender às expectativas de todo mundo, menos consegue mostrar o que tem de diferente. A busca constante por aprovação pode até ajudar a manter uma boa imagem por algum tempo, mas não garante reconhecimento. Em um ambiente no qual tantas pessoas disputam espaço e oportunidades, ser competente sem conseguir mostrar o próprio valor pode limitar bastante uma carreira.

Posicionar-se exige fazer escolhas. Significa ter uma opinião sobre o próprio trabalho, saber o que se defende e mostrar, pelas atitudes,

que tipo de profissional se é. Isso também envolve entender que nem todas as oportunidades combinam com aquilo que se deseja construir. Quem quer ser escolhido por todos corre o risco de não dar motivos claros para ser a primeira escolha de ninguém.

É aí que a coragem de desagradar ganha importância. Não porque o mercado valorize quem gosta de contrariar os outros, mas porque saber defender uma decisão bem pensada mostra segurança e capacidade de avaliar situações. Um profissional que consegue explicar suas escolhas, assumir as consequências e responder pelos resultados mostra qualidades que nem sempre aparecem em uma boa apresentação.

Isso muda o valor que o mercado dá a esse profissional. Quando alguém passa a ser conhecido por ter uma maneira própria de analisar situações, deixa de ser procurado apenas pelo que sabe fazer. Sua opinião também passa a ser valorizada. Para quem ocupa cargos de liderança, isso é ainda mais importante, porque boa parte do trabalho envolve tomar decisões difíceis, muitas vezes sem a concordância de todos.

Mas ter uma opinião firme não significa insistir em tudo a qualquer custo. O próprio Hastings reconheceu erros na forma como separou os serviços da Netflix e desistiu da criação da Qwikster, embora tenha mantido sua aposta no streaming. O caso mostra que é possível continuar acreditando em um caminho e, ao mesmo tempo, reconhecer que algumas decisões precisam mudar.

É preciso, no entanto, tomar cuidado para não achar que desagradar é uma qualidade por si só. Existem decisões que desagradam porque são necessárias e outras porque são ruins. O que faz diferença é saber avaliar a situação, assumir responsabilidades e entregar resultados. A boa reputação de um profissional depende da confiança que consegue conquistar com seu trabalho. E isso pode ter muito mais peso para uma carreira do que simplesmente ser bem-visto em todos os lugares.

Desagradar, portanto, não deve ser um objetivo, mas uma consequência natural de quem entende que se posicionar também significa correr o risco de contrariar expectativas. A vontade de agradar a todos pode até evitar conflitos, mas também pode limitar o crescimento profissional e dificultar a construção de um espaço próprio no mercado. Um posicionamento forte não depende da aprovação de todos, mas da clareza sobre o valor que se entrega e da coragem de sustentar aquilo que se defende.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

QUANTO MAIS ALGUÉM TENTA ATENDER ÀS EXPECTATIVAS DE TODO MUNDO, MENOS CONSEGUE MOSTRAR O QUE TEM DE DIFERENTE. A BUSCA CONSTANTE POR APROVAÇÃO PODE ATÉ AJUDAR A MANTER UMA BOA IMAGEM POR ALGUM TEMPO, MAS NÃO GARANTE RECONHECIMENTO

Autorizado por Moraes, Flávio visita Bolsonaro nesta terça

O ministro disse, no entanto, que o senador deve seguir as mesmas condições de antes. Ou seja, o encontro não pode ter finalidade político-eleitoral e divulgação de manifestos de Jair

Estadão Conteúdo

O candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL) comemorou nesta segunda-feira, 12, a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizando a retomada das visitas ao pai, Jair Bolsonaro, que estavam proibidas desde julho.

Flávio foi proibido de ver seu pai, que cumpre prisão domiciliar, após ter vazado uma carta de cunho político escrita por Jair Bolsonaro. A conduta do senador foi interpretada como uma manobra para burlar a proibição de que o ex-presidente se manifestasse em eventos com caráter político-eleitorais.

Na decisão, Moraes colocou que a retomada das visitas deverá ocorrer “nos mesmos horários, condições e medidas de segurança anteriormente fixados, estando vedada a finalidade político-eleitoral e a divulgação de quaisquer manifestos ou declarações, inclusive por terceiros, in-

dependentemente do meio utilizado”.

“Fiquei muito feliz que no dia de Nossa Senhora Aparecida é o dia em que eu estou novamente autorizado a visitar meu pai, vítima de uma injustiça”, disse Flávio a jornalistas após participar de missa na Catedral de Brasília. “Pela decisão dele, Moraes, voltam as visitas regulares, não apenas como advogado, mas também como filho”, destacou.

Flávio disse que deverá visitar o pai nesta terça-feira, 13, pela manhã, em ho-

rário ainda não definido.

No ano passado, Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado após sair derrotado nas eleições de 2022. Em seguida, após passar por uma cirurgia, ele ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar, para se recuperar de uma pneumonia bacteriana.

Conselhos

Questionado se irá tratar da campanha eleitoral com

o pai e pedir conselhos, o senador afirmou que tinha que tomar cuidado com a resposta, “porque qualquer coisa é usada contra ele”. “Vou conversar com ele na qualidade de filho”, disse.

E prosseguiu: “Estou ansioso. São mais de três meses sem poder vê-lo, por uma decisão, obviamente, sem critério nenhum, sem nenhuma humanidade, sem nenhum amparo legal, na minha avaliação, apenas com o intuito de tentar separar um líder político de quem está concorrendo à

Presidência da República; para separar o pai de um filho, que acho que é o mais grave”.

“Estou ansioso para dar um abraço forte nele, primeiro de tudo. Ver como está o rosto dele, como está o ânimo dele com tudo o que aconteceu, que eu só estou sabendo por terceiras pessoas. Espero olhar no olho dele, dar um abraço e espero que ele esteja feliz”, completou.

Flávio, que é evangélico, disse respeitar a fé de milhões de brasileiros. Ele foi convidado para a celebração católica na capital federal e compareceu ao lado da esposa, Fernanda, e de políticos aliados do Distrito Federal, além da coordenadora econômica de sua campanha, Daniella Marques, e do candidato a vice, Alfredo Gaspar (PL). “Saio de um ambiente muito acolhedor. Somos todos cristãos”, reforçou.

O Pároco da Catedral, padre Agenor Vieira, que citou Flávio Bolsonaro nominalmente na abertura da celebração, rezou “pelos governantes que tomarão posse em janeiro”, e pediu que sigam o exemplo de Maria para buscar a harmonia no País.



Reprodução / X

Flávio Bolsonaro disse que está ansioso para rever seu pai, Jair, depois de três meses sem visitá-lo

Liminar de casa de apostas é derrubada

Decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região impede funcionamento de plataforma online

Agência Brasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que a segunda instância da Justiça Federal derrubou a liminar que autorizou o funcionamento da plataforma de

apostas online Stake Brasil.

A decisão foi proferida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador Johonsom Di Salvo, após recurso apresentado pela AGU.

A casa de apostas havia conseguido uma liminar para garantir o funcionamento de suas operações até o dia 25 de outubro,

mesmo após a medida provisória que proibiu o acesso dos consumidores às bets.

Para o magistrado, a liberação das bets somente para uma plataforma compromete a política pública de proibição das apostas eletrônicas.

“A circunstância de apenas uma empresa permanecer autorizada a exercer regularmente a atividade

econômica enquanto as demais se submetem às restrições estabelecidas pelo Poder Público evidencia assimetria regulatória apta a afetar a execução da política pública implementada”, afirmou.

A constitucionalidade da medida provisória que proibiu as bets é contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelas entidades que

representam as empresas do setor.

Na semana passada, a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) pediram a derrubada da medida provisória que proibiu a exploração e publicidade dos jogos online.

As petições estão sob a relatoria do ministro Luiz Fux.

INTERNACIONAL

Cessar-fogo energético anunciado por Trump é ignorado pela Rússia

Volodymyr Zelensky disse que as forças russas mantêm ataques contra infraestruturas de energia da Ucrânia, contrariando acordo que foi divulgado pelo presidente dos EUA

Estadão Conteúdo

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, disse nesta segunda-feira, 12, que a Rússia continua a atacar instalações de energia da Ucrânia, mesmo depois de o presidente dos EUA, Donald Trump, ter afirmado que os países em conflito haviam concordado com um cessar-fogo energético

na guerra que já dura quatro anos e meio. No domingo, 11, Zelensky havia acusado a Rússia de atacar uma instalação energética na capital ucraniana. “Os russos bombardearam uma instalação energética em Kiev com um drone Shahed”, declarou em uma publicação nas redes sociais. O presidente ucraniano também disse que foram registrados ataques contra outras infraestruturas de energia na região oriental de Kharkiv, além de uma unidade de produção de gás e um posto de combustíveis

civil. “E tudo isso aconteceu DEPOIS de o presidente dos Estados Unidos fazer seu comunicado sobre um cessar-fogo energético”, ressaltou. Nesta segunda, discursando no Fórum de Segurança de Varsóvia, na Polônia, Zelensky disse que a Ucrânia tomou conhecimento por meio de reportagens da imprensa do cessar-fogo energético com a Rússia, que envolveria uma pausa mútua nos ataques a instalações de energia. Zelensky afirmou que estaria disposto a honrar tal acordo, caso Moscou fi-

zesse o mesmo. “Nós apoiamos, mas não ouvi a aprovação dessa proposta pelo lado russo”, disse Zelensky. A breve publicação de Trump nas redes sociais no domingo, avisando sobre o suposto acordo, ofereceu poucos detalhes. O presidente americano afirmou que o cessar-fogo energético entrou em vigor imediatamente, acrescentando: “Não o quebrem!”. Nesta segunda-feira, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, não quis dizer se a Rússia havia concordado com tal cessar-fogo, limitando-se a declarar: “Os contatos estão em andamento”.

Zelensky disse que a Ucrânia ficou “terrivelmente surpresa” com os ataques às instalações de energia. “Ficou claro que (o presidente russo Vladimir) Putin não lê a Truth Social”, disse Zelensky, referindo-se à plataforma de mídia social de Trump. Prejuízos Trump já havia anunciado anteriormente um acordo semelhante sobre a interrupção de ataques à energia, que não se concretizou. Em uma publicação nas redes sociais em 14 de setembro, ele disse que ambos os

países haviam concordado em “não atingir” a infraestrutura energética um do outro, mas também não ofereceu detalhes sobre essa proposta. A Rússia tem usado ataques a instalações de energia para privar os civis ucranianos de eletricidade, aquecimento e água encanada durante a guerra, na esperança de desgastar a resistência pública à invasão em grande escala promovida por Moscou. Autoridades ucranianas descrevem a estratégia como a “transformação do inverno em arma” e temem que a Rússia possa intensificar tais ataques com a aproximação do tempo frio. A Ucrânia, por sua vez, lançou ataques contra instalações de energia russas, como refinarias de petróleo, às vezes em pontos profundos do território russo. Isso levou Trump a culpar Zelensky pelos preços recordes do diesel nos EUA, em vez de atribuí-los à guerra liderada pelos EUA no Irã. Na sexta-feira, o presidente americano fechou um acordo com Putin para importar diesel da Rússia, em uma tentativa de baixar os preços dos combustíveis antes das eleições de meio de mandato nos EUA.



Zelensky disse que a Ucrânia ficou “terrivelmente surpresa” com os ataques às instalações de energia

Ataque a aeroporto na Arábia mata 13

Investigação aponta para possível falha da defesa aérea. Mais de 300 pessoas estão feridas

Estadão Conteúdo

A Arábia Saudita iniciou uma investigação para determinar como suas defesas aéreas falharam em interceptar uma série de mísseis e dro-

nes disparados por rebeldes Houthis do Iêmen - incluindo um ataque ao aeroporto de Riad que matou pelo menos 13 pessoas e feriu mais de 300 -, informaram duas autoridades regionais nesta segunda-feira. As autoridades, que falaram sob condição de anonimato, disseram que a investigação inicial indicou

que os Houthis, apoiados pelo Irã, dispararam primeiro vários drones para abrir caminho para uma combinação de mísseis de cruzeiro e balísticos que atingiram o Aeroporto Internacional Rei Khalid, em Riad. Uma das autoridades afirmou que a investigação também visa descobrir por que os sistemas de defe-

sa aérea não emitiram um alerta antecipado sobre o ataque, no qual os mísseis e drones houthis percorreram mais de 1.000 quilômetros para chegar a Riad. “Os eventos das últimas semanas são graves”, disse o ministro de Energia da Arábia Saudita, príncipe Abdul Aziz bin Salman, no Congresso Mundial de Pe-

tróleo e Energia em Riad, na segunda-feira. “Nossa resposta deve ser igualmente séria.” O incidente - um de uma série de ataques houthis a aeroportos sauditas desde a semana passada - expôs vulnerabilidades no sistema de defesa da Arábia Saudita e sinalizou um ponto de virada perigoso no conflito.

INTERNACIONAL

Países bálticos pedem à UE proibição do trânsito de grãos russos

Estônia, Letônia e Lituânia querem impedir o uso da infraestrutura europeia para exportações russas diante dos ataques a portos no Mar Negro

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Estônia, Letônia e Lituânia solicitaram à União Europeia a proibição do trânsito de grãos russos pelo território do bloco. O pedido foi apresentado na sexta-feira (9), em carta conjunta enviada ao presidente do Conselho Europeu, António Costa, e à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. A iniciativa ocorre enquanto a Rússia procura alternativas para escoar suas exportações agrícolas diante de ataques ucranianos a instalações portuárias no Mar Negro.

Os três governos defendem uma restrição comum à utilização de infraestrutura logística europeia para o transporte dos cereais russos. A carta também manifesta preocupação com a possibilidade de circulação de produtos agrícolas provenientes de territórios ucranianos ocupados pela Rússia.

De acordo com comunicado do governo estoniano, os líderes bálticos relacionam o pedido aos ataques contra portos, embarcações comerciais, ferrovias e outras estruturas utilizadas pela Ucrânia para movimentar mercadorias.

O primeiro-ministro estoniano, Kristen Michal, afirmou que a infraestrutura europeia não deveria ser utilizada nessas operações. “A Rússia está bombardeando portos ucranianos e impedindo que os grãos da



A Estônia proibiu o trânsito de cereais russos e de Belarus por seus portos, como o de Muuga, enquanto defende a adoção de restrições semelhantes em toda a União Europeia

Ucrânia cheguem aos mercados globais, enquanto busca obter receitas transportando seus próprios grãos pela União Europeia. Nossa infraestrutura não deve ajudar a Rússia a financiar sua guerra”, declarou, segundo tradução do comunicado oficial.

Os ataques contra instalações portuárias russas no Mar Negro levaram operadores a examinar alternativas para os embarques de cereais. Entre as possibilidades está a ampliação do uso de instalações no Mar Báltico, região que reúne portos russos e terminais de países integrantes da União Europeia.

A proposta dos três países procura impedir que a reconfiguração dessas rotas resulte no aumento da

passagem de grãos russos pelo território europeu. O pedido, no entanto, ainda depende de discussão e eventual aprovação pelas instituições do bloco. Até segunda-feira (12), não havia confirmação de uma proibição conjunta em vigor.

Proibição na Estônia

A Estônia antecipou-se à iniciativa conjunta e aprovou uma restrição nacional ao trânsito de cereais originários da Rússia e de Belarus, ou exportados desses países. A medida foi anunciada em 1º de outubro, formalizada por regulamento do dia 2 e entrou em vigor em 8 de outubro, um dia antes do envio da carta às autoridades europeias.

A proibição abrange transporte, fornecimento ou transferência pelo território estoniano de produtos classificados como cereais no código 10 da Nomenclatura Combinada. Ela alcança operações realizadas por meio da infraestrutura ferroviária e portuária do país.

A estatal Eesti Raudtee, responsável pela infraestrutura ferroviária estoniana, informou que a regra passou a valer sem período de transição ou exceções. A empresa comunicou seus usuários sobre a mudança em 7 de outubro. As dúvidas sobre a aplicação das sanções devem ser encaminhadas à autoridade tributária e aduaneira do país.

Antes da formalização da proibição, o ministro das Relações Exteriores, Margus

Tsahkna, havia orientado as empresas de transporte a não planejarem operações com grãos russos pela Estônia. O governo informou que essa movimentação era praticamente inexistente e que pretendia impedir o surgimento de uma nova rota de escoamento pelo território nacional.

Em setembro, a Estônia já havia sinalizado a intenção de atuar em conjunto com Letônia e Lituânia para levar o tema à União Europeia. A aprovação da restrição nacional ocorreu enquanto os três países preparavam a proposta regional.

Corredores ucranianos

Na mesma carta, os governos bálticos defenderam o fortalecimento dos corredores de solidariedade entre a União Europeia e a Ucrânia, conhecidos como Solidarity Lanes. Criadas para viabilizar o fluxo de mercadorias ucranianas por rotas alternativas, essas conexões utilizam redes ferroviárias, rodoviárias e hidroviárias de países europeus.

Os signatários pedem mais apoio para manter o transporte de produtos agrícolas e outras cargas ucranianas. O documento cita danos a portos, ferrovias e embarcações comerciais da Ucrânia e solicita medidas para preservar o acesso do país aos mercados internacionais.

A iniciativa conjunta não altera, por enquanto, as regras dos demais países europeus. A proibição em vigor identificada nas fontes consultadas é a medida nacional adotada pela Estônia, que alcança também os cereais de Belarus.

INTERNACIONAL

Jornalista brasileiro crítico de Milei é deportado da Argentina

Profissional foi impedido de entrar no país nesta segunda-feira e ainda teve sua residência permanente suspensa. Ele está proibido de retornar ao país pelos próximos cinco anos

Agência Xinhua

Agência Brasil



O brasileiro suspeita que a decisão esteja relacionada aos embates travados nas redes sociais com integrantes do governo de Javier Milei

O jornalista brasileiro Rogério Tomaz Jr., conhecido por suas críticas ao governo do presidente argentino Javier Milei, foi impedido de entrar na Argentina nesta segunda-feira (12), ao desembarcar no aeroporto Aeroparque, em Buenos Aires.

As autoridades migratórias determinaram o cancelamento de sua residência permanente e estabeleceram uma proibição de reingresso por cinco anos. O profissional afirma suspeitar de motivação política, em meio a confrontos recentes com integrantes do governo argentino nas redes sociais.

Em mensagem de áudio compartilhada com contatos pelo WhatsApp, Tomaz confirmou que assinou os documentos referentes à decisão e relatou que aguardava o voo de retorno ao Brasil. Segundo ele, o cancelamento da residência ocorreu em 5 de agosto, uma semana após sua saída do território argentino e durante um período de atritos com militantes e funcionários ligados ao governo Milei.

“Se trata realmente de uma questão política”, afirmou o jornalista, ao comentar o episódio. Ele também declarou que recebeu tratamento cordial das funcionárias responsáveis pelo procedimento migratório e ressaltou que não cometeu nenhum delito.

Justificativa migratória

De acordo com documentos da Direção Nacional de Migrações (DNM) encaminhados pelo jornalista via WhatsApp, a decisão foi fundamentada por um decreto de 2025. O texto permite o cancelamento de permissão de residência em caso de descumprimento de condições estabelecidas na concessão do documento.

Tomaz, que obteve residência permanente na Argentina em janeiro de 2022, contestou a justificativa migratória. Segundo o jornalista, seu documento tinha validade até 2037, mas as autoridades alegaram que ele não permaneceu tempo suficiente na Argentina para manter o benefício, já que não residia regularmente no país desde 2022.

O jornalista argumenta, porém, que continuou viajando ao território argentino e que, somente em 2026, passou 36 dias no país.

Segundo os documentos apresentados, a medida

determina a proibição de entrada na Argentina pelo período de cinco anos. Tomaz afirmou que pode recorrer da sanção, mas avalia que não conseguirá recuperar sua residência permanente.

Confrontos políticos

O brasileiro suspeita que a decisão esteja relacionada aos embates travados nas redes sociais entre julho e agosto com apoiadores e integrantes do governo argentino, especialmente Juan Pablo Carreira, conhecido como Juan Doe, diretor de Comunicação Digital da Presidência argentina.

Segundo Tomaz, os conflitos começaram após manifestações de Carreira e de outros integrantes do ambiente digital alinhado ao governo Milei. O jornalista também relatou ter criticado um canal de streaming que, em sua avaliação, atua como instrumento de comunicação política do governo.

Na mensagem de áudio,

Tomaz relacionou o episódio migratório ao que considera uma escalada autoritária na Argentina.

“A Argentina, que a gente no Brasil todo mundo sabe da derrocada socioeconômica, crise, recessão, fechamento de empresas, destruição de empregos, também está junto no pacote da extrema direita a derrocada civil, a escalada autoritária”, declarou.

Até o momento, as informações apresentadas pelo jornalista apontam suspeita de motivação política, mas não comprovam que a decisão migratória tenha sido determinada em razão de suas críticas ao governo. Neste ano, o governo Milei editou outro decreto que proíbe a entrada e permite a expulsão do país de estrangeiros que tenham “dirigido mensagens de ódio ou incitado a violência contra o povo argentino ou seus cidadãos”.

Livro sobre Milei

Rogério Tomaz Jr. é jorna-

lista, mora em Brasília e já trabalhou como assessor parlamentar na Câmara dos Deputados. Ele acompanha a política argentina e produz conteúdos sobre os impactos econômicos e sociais das medidas adotadas pelo governo Milei, incluindo cortes nos gastos públicos, privatizações e inflação.

O brasileiro também trabalha em um livro sobre a gestão do presidente argentino, com previsão de publicação em fevereiro de 2027.

Antes de retornar ao Brasil, Tomaz afirmou que havia viajado à Argentina para produzir registros sobre a situação econômica do país.

“Vim para registrar imagens que mostrem ao Brasil e ao mundo a crítica situação econômica do país e a escalada autoritária deste governo de extrema direita”, escreveu em mensagem enviada a contatos brasileiros.

O jornalista deixou a Argentina com destino ao Brasil. Após desembarcar em Guarulhos, voa de volta a Brasília, onde mora, na tarde desta segunda.

Sindicato

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) e Federal Nacional dos Jornalistas (Fenaj) repudiaram a deportação e manifestaram solidariedade ao jornalista.

“A democracia argentina e a brasileira merecem respeito. Nenhum governo tem o direito de perseguir, deter ou expulsar jornalistas pelo simples exercício de sua profissão”, destaca o texto.